

Pedro Costa/Lusa (arquivo)



A realizar-se, a greve de 17 e 18 de Outubro será a segunda paralisação nacional para contestar a proposta do ECD

Revisão do Estatuto da Carreira

Sindicatos de professores mantêm greve nacional da próxima semana

12.10.2006 - 21h29 Lusa

Os 14 sindicatos de professores que estão a discutir com o Ministério da Educação a revisão do Estatuto da Carreira decidiram manter a greve da próxima semana, por não ter havido "recuos" da tutela na reunião realizada hoje.

"Respondendo ao apelo 'ou há negociação ou há greve', mantém-se a paralisação marcada para

os dias 17 e 18 de Outubro, como forma de protesto ao finca-pé intransigente do Governo", afirma a Federação Nacional do Ensino e Investigação (Fenei), em comunicado.

A greve nacional foi decretada a 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor, durante a marcha de protesto que reuniu em Lisboa mais de 20 mil docentes.

Na altura, os professores admitiram a hipótese de desconvocar a paralisação caso o Ministério desse "provas inequívocas de estar disposto a abrir um processo negocial", o que os sindicatos afirmam não ter acontecido na reunião realizada hoje com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Jorge Pedreira.

"O Ministério da Educação não deu qualquer indicação no sentido de acolher a contra-proposta que entregámos. Não houve qualquer aproximação de posições", disse João Dias da Silva, secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE).

A plataforma sindical disponibilizou-se para realizar reuniões extraordinárias amanhã e durante o fim-de-semana, mas o secretário de Estado, segundo o dirigente sindical, "remeteu a resposta do Governo para o encontro do próximo dia 19".

Em causa está a proposta do Ministério de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), nomeadamente aspectos como a divisão da carreira em duas categorias (professor e professor titular), a imposição de quotas para aceder à mais elevada e o modelo de avaliação de desempenho que inclui critérios como a apreciação dos pais e as taxas de abandono e insucesso escolar dos alunos.

Na última versão da proposta, apresentada pela tutela na semana passada, mantém-se a divisão da carreira em duas categorias, mas são acrescentados

dois escalões na primeira, para um total de seis, e outros dois intermédios para os professores com mais anos de serviço que não consigam aceder à segunda categoria por falta de vaga.

Para os sindicatos, as alterações são "insuficientes" e a proposta do ministério continua a ser exclusivamente motivada "por razões economicistas", prejudicando "de forma abismal professores e educadores, os escolhidos para pagar a factura de poupança do Orçamento de Estado".

A realizar-se, a greve de 17 e 18 de Outubro será a segunda paralisação nacional convocada para contestar a proposta do ECD, depois da cumprida a 14 de Junho, que contou com uma adesão de 70 a 80 por cento, de acordo com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), e inferior a 30 por cento, segundo o gabinete da ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

"Os professores estão a aperceber-se dos efeitos negativos da proposta do ministério e vão dizer a 17 e 18 de Outubro que não aceitam esta leitura economicista da carreira docente", assegurou o responsável da FNE.